



## MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

### EDITAL

CARLOS EDUARDO DA SILVA E SOUSA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA: -----

FAÇO PÚBLICO, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 07/02/2017, tomou as deliberações aprovadas em minuta, cuja cópia se anexa.-----

E para que não se alegue desconhecimento, se publica este Edital e outros de idêntico teor, que vão ser afixados nos locais de estilo e no *site* do município.-----

Albufeira, 07 de fevereiro de 2017

O Presidente da Câmara

Carlos Silva e Sousa



**Minuta da acta da reunião de câmara de 07 de fevereiro de 2017**

Ao sétimo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu presidente, senhor **Carlos Eduardo da Silva e Sousa**, achando-se presentes o vice-presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo** e os vereadores, senhores **Célia Maria Calado Pedroso**, **Marlene Martins Dias da Silva**, **Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva** e **Rogério Pires Rodrigues Neto**.-----

Participou a senhora vereadora **Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça**, nos termos previstos nos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, em substituição do senhor vereador **Fernando José dos Santos Anastácio**, que informou da sua impossibilidade de participar na reunião por se encontrar ausente da área do município. ---- Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha**.-----

Da ordem de trabalhos, cuja convocatória foi atempadamente distribuída a cada um dos membros deste Executivo, constavam os seguintes pontos:-----

**1 – ACTAS** -----

1.1 – Confirmação da aprovação da acta da reunião realizada no dia 6 de dezembro de 2016.-----

Foi confirmada, por unanimidade, a aprovação da acta da reunião realizada no dia 6 de dezembro de 2016 a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor presidente, as senhoras vereadoras **Célia Pedroso**, **Marlene Silva** e **Ana Vidigal**, e o senhor vereador **Rogério Neto**. -----

Não participaram na votação o senhor vice-presidente e a senhora vereadora **Inês Mendonça** pelo facto de não terem participado na reunião em causa. -----

**2 – SALDOS**-----

2.1 – Conhecimento dos saldos em dinheiro segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia **06/02/2017**.-----

Foi tomado conhecimento.-----

**3 - LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES**-----

**4 – DESPACHOS DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES E PAGAMENTOS AUTORIZADOS E EFETUADOS**-----

4.1 – Tomada de conhecimento das decisões proferidas pelo presidente e pelos vereadores no uso de competências delegadas ou subdelegadas pela câmara municipal, bem como de pagamentos autorizados e efetuados.-----

Foi tomado conhecimento.-----

**5 – INFORMAÇÕES**

**6 – PEDIDOS DE TRANSPORTE**

Antes da discussão dos dois assuntos a seguir descritos, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala.

6.1 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que autorizou a disponibilização do transporte solicitado por diversas instituições.

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho do senhor presidente.

Não estava presente o senhor vice-presidente.

6.2 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando a disponibilização do transporte solicitado por diversas instituições.

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de 60% a que se refere o n.º 3 do artigo 120º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados.

Não estava presente o senhor vice-presidente, que a seguir à votação regressou à sala.

**7 – APOIOS**

7.1 – Ratificação do despacho proferido pelo presidente da câmara que determinou a prestação de apoio à **Nuclegarve** na comemoração do seu XIV aniversário.

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor presidente, com fundamento no facto de um familiar próximo fazer parte dos órgãos sociais da Associação de Nadadores Salvadores de Albufeira, e invocando o previsto na alínea b) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, ausentando-se da sala, tendo assumido a presidência o senhor vice-presidente.

7.2 – Ratificação do despacho proferido pelo vice-presidente da câmara, no impedimento do presidente, que determinou a prestação de apoio à **Associação de Nadadores**



**Salvadores de Albufeira** na realização de aulas de enquadramento teórico.-----  
**Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho do senhor vice-presidente.**-----  
**Não estava presente o senhor presidente, que a seguir à votação regressou à sala, reassumindo a presidência.**-----

Handwritten blue ink marks, including a vertical line and a signature.

**7.3 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando apoiar a Casa do Povo de Paderne na realização do Carnaval de Paderne.**-----  
**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

**7.4 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando apoiar a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água na realização de Festejos de Carnaval.**-----  
**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

**7.5 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando apoiar a Direção de Serviços da Região Algarve da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares na realização do Corta Mato do Desporto Escolar.**-----  
**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

**7.6 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando apoiar a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo na realização da 43ª Volta ao Algarve em Bicicleta.**-----  
**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

**8 – ESTABELECIMENTO DE AQUICULTURA DE BIVALVES – CONCELHO DE ALBUFEIRA**-----

**8.1 – Apreciação e deliberação sobre o Edital n.º 01/2017 TUPEM – Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional, relativo à instalação de estabelecimento de cultura de bivalves em mar aberto.**-----

**Foi deliberado, por unanimidade, reiterar a deliberação tomada em reunião de câmara de 23 de agosto de 2016, do seguinte teor: “Foi deliberado, por unanimidade, manifestar clara oposição na instalação de um estabelecimento de aquicultura de bivalves em Albufeira por considerarmos que tal estabelecimento contraria manifestamente o interesse público beneficiando, em exclusivo, interesses particulares o que, em sede de administração pública, constitui acto administrativo contrário à lei, a qual deve sempre salvaguardar o interesse público e assim, ser interpretada e aplicada.**-----

**O interesse público nesta zona está estabelecido de forma milenar a favor dos pescadores que operam partir do porto de Albufeira e dos portos vizinhos, na sua maioria, com pesca artesanal, perfeitamente compatível com as questões de equilíbrio ambiental. Acresce que, esta actividade representa o sustento de muitas famílias, além de que os pescados são de grande qualidade e representam enorme importância nos valores da nossa gastronomia, com grande impacto, designadamente nas nossas tradições e na actividade turística.**-----

Ora, privar aqueles que, por direito próprio milenar operam nestas águas, ainda que parcialmente, a favor de uma empresa privada, não é seguramente a melhor prática administrativa.

Por outro lado, Albufeira e o Algarve em geral, tem como actividade primeira, o turismo, actividade esta de interesse local, regional e nacional, sendo o usufruto da natureza, muito em especial do mar, a grande fonte geradora de riqueza na área do turismo, sendo certo que uma das actividades diversificadoras da actividade turística, tem a ver precisamente, com o livre usufruto do mar, por pescadores, por empresas marítimo turísticas as quais, neste momento, já representam um volume de negócios considerável e conseqüente criação de emprego.

Note-se que, esta é uma zona de intenso tráfego marítimo, também com muitas embarcações particulares e qualquer limitação à livre circulação de embarcações dos mais diversos tipos, designadamente com o condicionamento à acessibilidade ao Porto de Abrigo e Marina de Albufeira, é uma má opção administrativa para esta zona.

Outros lugares mais apropriados existem para este tipo de estabelecimentos, onde não exista colisão com o livre usufruto do mar.

Assim, em conclusão, delibera esta Câmara Municipal de Albufeira, declarar que: -----

Em Albufeira, as razões supra apontadas, além dos desequilíbrios ambientais que este estabelecimento seguramente irá causar, são mais que suficientes para que, com toda a prudência, se considera a instalação deste estabelecimento em espaço público, contrária ao interesse público.

Transmita-se de imediato esta deliberação à CCDR Algarve, ao Ministério do Mar, ao Ministério do Ambiente, ao Comandante do Porto de Portimão e à Assembleia Municipal de Albufeira para tomar posição, querendo.” -----

Para além disto a câmara considera a estrutura em causa incide sobre zona de maternidade de diversa espécies e moluscos que ali fazem a sua procriação, colocando assim em causa todo o ecossistema da zona e afetando a cadeia alimentar da área, ao que acresce o facto de a zona em questão se revestir de relevante interesse arqueológico marítimo.

Assim, reiterando e confirmando a deliberação supra mencionada, delibera a câmara que o conflito de usos ou actividades existentes, são determinantes em considerar incompatível o estabelecimento de aquicultura a que se refere o Edital, com as actividades do local.

Delibera ainda que, sendo evidente a incompatibilidade, deve a pretensão ser indeferida, tendo ainda em consideração a enorme desproporção entre esta actividade e as enunciadas já existentes no local, designadamente em número de postos de trabalho, qualificação de recursos humanos ou criação de riqueza, sendo o dito estabelecimento desproporcionalmente inferior àquela.

Mais foi deliberado transmitir a presente deliberação à CCDR Algarve, ao Ministério do Mar, ao Ministério do Ambiente, ao Comandante do Porto de Portimão, à Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, à Agência Portuguesa do Ambiente, à AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, a todos os municípios do Algarve e à Assembleia Municipal de Albufeira para tomar posição, querendo.

## 9 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 – Tomada de conhecimento do teor do despacho proferido pelo senhor presidente da câmara relativo à celebração/renovação de contratos de aquisição de serviços para o ano de 2017.

Foi tomado conhecimento.

## 10 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO

10.1 – Tomada de conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2016, a que se refere o artigo 15.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor.

Foi tomado conhecimento.

## 11 – REGULAMENTOS

11.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta da vereadora Ana Vidigal visando a aprovação do **Projeto de Revisão do Regulamento Geral de Segurança e Saúde no Trabalho**.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

## 12 - TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

12.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando colaborar com a **Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais** no sentido de integrar no Serviço Municipal de Veterinária um cidadão para prestação de trabalho a favor da comunidade (70 horas).

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

12.2 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando colaborar com a **Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais** no sentido de integrar na Divisão de Ambiente, Higiene Urbana e Espaços Verdes um cidadão para prestação de trabalho a favor da comunidade (140 horas).

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

12.3 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando colaborar com a **Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais** no sentido de integrar na Divisão de Turismo, Desenvolvimento Económico e Cultural um cidadão para prestação de trabalho a favor da comunidade (54 horas).

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

## 13 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA ALDEIA DE PADERNE

13.1 - Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando a isenção total do pagamento de taxas devidas pelas operações urbanísticas, objeto de ações de reabilitação, a desenvolver na zona abrangida pela Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Paderne, bem como considerar como projeto urbanístico de interesse municipal a delimitação da respetiva área.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

**14 – SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO**

14.1 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a atribuição do subsídio de arrendamento a **Ana Isabel Reis Ferreira**.

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, atribuir subsídio de arrendamento à candidata **Ana Isabel Reis Ferreira** (candidatura n.º 5/2017), no valor de cento e setenta e cinco euros mensais, com efeitos a partir do mês de fevereiro corrente, inclusive.

14.2 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a cessação da atribuição do subsídio de arrendamento a **Carla Isabel Correia Nobre**.

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, manifestar à beneficiária **Carla Isabel Correia Nobre**, a intenção de cessar a atribuição do subsídio de arrendamento com efeitos a partir do final do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete.

Assim, para cumprimento do estabelecido nos artigos décimo segundo, centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, é concedido à requerente o prazo de dez dias, para, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto.

**15 – OPTO.EU – V FÓRUM DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO ALGARVE**

15.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando a aprovação de alterações às normas de funcionamento do evento.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

**16 – PARCERIAS**

16.1 – Apreciação e deliberação sobre proposta do presidente da câmara visando o estabelecimento de uma parceria com a **Região de Turismo do Algarve**, a **Comunidade Intermunicipal do Algarve** e a **Universidade do Algarve**, no âmbito do Programa “365 Algarve”.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

**17 – PROCESSO 185/10.8 BELLE-A - TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LOULÉ**

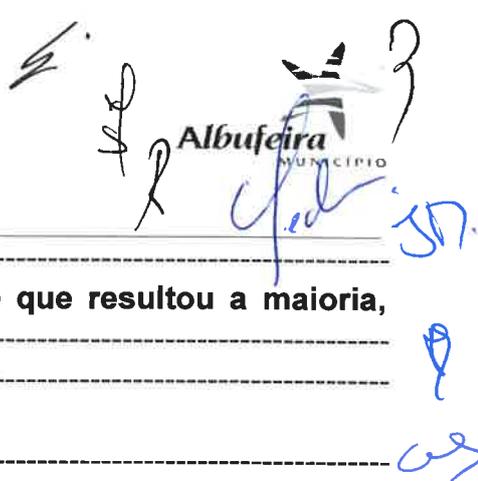
17.1 – Tomada de conhecimento do teor das informações dos serviços relativas ao Processo 185/10.8 BELLE-A e eventual deliberação nesta matéria.

Foi tomado conhecimento.

**18 – PROCESSO DISCIPLINAR**

18.1 - Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relacionada com o processo disciplinar instaurado a uma trabalhadora do município.

Foi deliberado, em votação por escrutínio secreto, de que resultou a maioria, aplicar à trabalhadora uma sanção de suspensão por 20 dias, com os fundamentos constantes do relatório da instrutora do processo disciplinar.



**Votação: 6 votos a favor e 1 voto contra.** -----

**Mais foi deliberado, em votação por escrutínio secreto, de que resultou a maioria, suspender a aplicação da sanção por um ano.** -----

**Votação: 6 votos a favor e 1 voto contra.** -----

**19 – OBRAS MUNICIPAIS** -----

**19.1 – Ajuste Direto para Execução da Empreitada de “Requalificação da Descarga de Águas Residuais Pluviais – Praia do Inatel” -** Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a aprovação das peças do processo, a abertura do respetivo procedimento e a designação dos elementos do júri. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as peças do processo, determinar a abertura do procedimento e proceder à designação dos elementos componentes do júri, nos precisos termos sugeridos na informação.**-----

**20 – FORNECIMENTO DE ÁGUA** -----

**20.1 –** Apreciação e deliberação sobre requerimento de **Humberto Carvalho Rêgo Júnior**, solicitando a alteração da titularidade de um contrato de fornecimento de água, indicando que se destina a rega de cultivo num terreno em Vale Verde.-----

**Foi deliberado, por maioria, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma:**-----

**a) deferir a pretensão a título provisório por um período de dois meses, contados da data de colocação do contador, findo o qual a pretensão será deferida caso se verifique que estão cumpridas as condições impostas, nomeadamente a instalação efetiva de um sistema de rega;**-----

**b) proceder ao corte do abastecimento de água e retirada do contador, caso se verifique que as condições impostas não foram cumpridas, ou que foi conferido ao abastecimento de água um uso diferente daquele para que o mesmo foi requerido, valendo, nesse caso, o deferimento provisório como aviso de corte;**-----

**c) mandar notificar o requerente que terá o prazo de um mês para celebração de contrato contado da data de receção da respetiva notificação, sob pena de caducidade da deliberação camarária;**-----

**d) mandar notificar o requerente de que a qualquer momento poderá ser suspenso o fornecimento, caso os serviços verifiquem que o mesmo põe em causa o normal abastecimento de água para consumo humano na zona em questão;**-----

**e) atribuir a este fornecimento a tarifa de rega, de acordo com o ponto n.º 4 do artigo 86º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira.** -

**Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor presidente, o senhor vice-presidente, as senhoras vereadoras Marlene Silva, Ana Vidigal, Inês Mendonça e o senhor vereador Rogério Neto; votou contra a senhora vereadora Célia Pedroso.**-----

**20.2 –** Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços relativa a requerimento de **Gabriel da Costa**, solicitando a instalação de um contador de rega num terreno em Vale Verde, Freguesia da Guia.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, indeferir o pedido.**-----

**21 – VIA VERDE**

**21.1 -** Apreciação e deliberação sobre ofício da **Via Verde Portugal – Gestão de Sistemas Eletrónicos de Cobrança S.A.**, solicitando a regularização do pagamento numa portagem. Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações e nos termos das mesmas, autorizar o pagamento da portagem.

**22 - FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

**22.1 -** Concurso Público com Publicação de Anúncio no JOUE para Fornecimento de Gás GPL a Granel para Depósito, Canalizado ou Butano e Propano em Garrafas para Abastecimento de Edifícios Municipais – Apreciação e deliberação sobre informação dos serviços visando a aprovação das peças do processo, a abertura do respetivo procedimento e a designação dos elementos do júri.

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação apresentada e nos termos da mesma:

- a) manifestar concordância com o sugerido, designadamente com o conteúdo das peças processuais apresentadas, solicitando-se, para evolução do processo, a necessária autorização por parte da digníssima assembleia municipal, nos termos previstos nos números 1 e 6 do artigo 22º, do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do número 1, do artigo 6º, da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- b) nomear os membros do júri nos precisos termos indicados na proposta.

**23 – PLANOS**

**23.1 –** Delimitação de Unidade de Execução - Rua Fernando Pessoa (UOPG 01 – PU da Cidade de Albufeira) - Apreciação e deliberação sobre o Relatório do Período de Discussão Pública.

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor do relatório e nos termos do mesmo, não introduzir qualquer alteração ou ajustamento à proposta objeto de apreciação em reunião de câmara de sete de outubro do ano dois mil e quinze.

**24 – PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES**

**24.1 –** Apreciação e deliberação dos assuntos constantes nas folhas anexas.

Deliberações em anexo.

O texto destas deliberações foi aprovado em minuta, no final da reunião nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Todas as deliberações, exceto a expressamente indicada, foram tomadas segundo a forma de votação nominal.

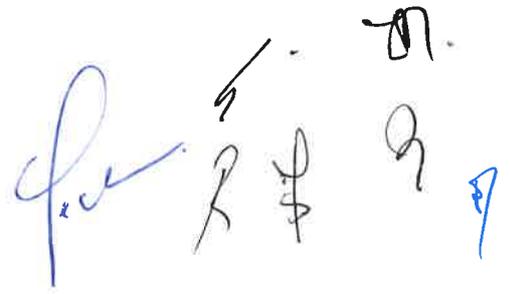
Albufeira, 07 de fevereiro de 2017

O presidente da Câmara Municipal

Carlos Silva e Sousa

A secretária da reunião

Carla Farinha



## **Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017 Processos de Obras Particulares**

Dos pareceres, autos e informações referidas nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que foram rubricadas pelos Senhores Membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião.

As descrições dos pedidos que se seguem, relacionadas com este tema, tiveram minutas elaboradas sob a responsabilidade do mesmo departamento.



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

1

Requerimento (s) nº (s): 38420PU de 22-10-2015 e 38420 de 22-10-2015  
Processo nº: 12OU/2015  
Requerente: Lusiadagás - Montagem e Abastecimento de Redes de Gás, S.A.  
Local da Obra: Lavandaria Puro Branco, Estrada de Vale Rabelho, freguesia da Guia  
Assunto: Licença - Armazenagem de Combustíveis instalação de reservatório externo e reservatório enterrado  
Prazo Ultrapassado

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, indeferido o pedido, nos termos da informação técnica de 25/02/2016 e com os fundamentos constantes no despacho de 18/11/2015.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

2

Requerimento (s) nº (s): 4852 de 06-02-2015; 27709 de 08-07-2016; 27698 de 08-07-2016 e 411 de 05-01-2017

Processo nº: 557/2001

Requerente: Lusotur - Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.

Local da Obra: Praia da Rocha Baixinha, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Alteração de apoio de praia denominado "Thai-Beach Club"

Apreciação do licenciamento

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de 23/01/2017, devendo o exterior ser pintado de branco.

Não estavam presentes os senhores vereadores

7

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

3

Requerimento (s) nº (s): 11061 de 20-03-2015; 12226 de 05-04-2016; 34909 de 01-09-2016; 38349 de 30-09-2016 e 633 de 06-01-2017  
Processo nº: 84/2008  
Requerente: Fase 99 - Construções, Lda  
Local da Obra: Ameijoafra, freguesia de Paderne  
Assunto: Licença - Alteração e ampliação de edificação  
Apreciação do licenciamento

Foi, por unanimidade presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de 01/02/2017, devendo o exterior ser pintado de branco.

Não estavam presentes os senhores vereadores

Presidente do Conselho Municipal

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and several symbols like a dollar sign and a question mark.*

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

5

Requerimento (s) nº (s): 658 de 06-01-2017; 3457 de 25-01-2017 e 4484 de 02-02-2017

Processo nº: 453/1977

Requerente: Júpiter - Indústria Hoteleira, S.A.

Local da Obra: Montechoro, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Alteração de Hotel de 5\* - Montechoro para Hotel Jupiter

Aprovação do projecto de arquitetura

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado mandar aprovar o projecto de arquitectura condicionado nos termos do parecer técnico de 02/02/2017, e tendo em conta o parecer do DDPGU de 06/02/2017.

Não estavam presentes os senhores vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

6

Requerimento (s) n° (s): 44564 de 03-12-2015; 8359 de 08-03-2016; 35474 de 07-09-2016; 44259 de 10-11-2016 e 228 de 04-01-2017

Processo n°: 309/2007

Requerente: Rui Jorge Passarinho Serafim

Local da Obra: Vale Serves, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Construção de edifício multifamiliar

Apreciação do licenciamento

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de 02/02/2017 e informação da DOP de 18/11/2016.

Não estavam presentes os senhores vereadores )

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

8

Requerimento (s) n° (s): 18694 de 13/05/2016 e 38507 de 03-10-2016  
Processo n°: 475/2006  
Requerente: Hexavilas - Construções, Lda  
Local da Obra: Vale Serves, Cortezões, freguesia de Ferreiras  
Assunto: Pedido de extensão de prazo para execução de obra

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos na informação da Divisão Jurídica e de Contencioso datada de 01/02/2017, que se dão por reproduzidas, se prevê a caducidade da autorização titulada pelo alvará 159/2009.

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de 60 dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as 09h00 e as 16h00.

Não estavam presentes os senhores vereadores

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

9

Requerimento (s) nº (s): 26727 de 09-07-2015

Processo nº: 8OU/2015

Requerente: Lusiadagás, S.A.

Local da Obra: Albufeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Abertura de uma vala

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deferido o pedido condicionado ao cumprimento dos pareceres descritos nos pontos 3 e 4, da informação técnica datada de 31/01/2017.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

10

Requerimento (s) nº (s): 27793 de 21-07-2015; 33912 de 23-08-2016 e 33920 de 24-08-2016  
Processo nº: 658/1981  
Requerente: Ricardo de Sousa Guerreiro  
Local da Obra: Alpouvar, freguesia de Albufeira e Olhos de Água  
Assunto: Licença - Alteração e ampliação de um prédio  
Aprovação do projecto de arquitectura

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos no parecer técnico de 1/02/2017, que se dá por reproduzido, e com o qual esta Câmara concorda, se prevê o indeferimento do pedido.

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de 60 dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as 09h00 e as 16h00.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

11

Requerimento (s) nº (s): 39554 de 14-09-2010; 49386 de 16-11-2010 ; 44220 de 12/12/2014 e 35190 de 06-09-2016  
Processo nº: 76/2010  
Requerente: Rui Miguel Mendes Vale  
Local da Obra: Cerro do Gafino, freguesia de Paderne  
Assunto: Pedido de extensão de prazo por mais 12 meses para execução da obra

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_ , indeferido o pedido, tendo em conta o parecer técnico de 31/01/2017 e com os fundamentos constantes no despacho de 12/07/2016.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

12

Requerimento (s) nº (s): ECMA25940 de 27-06-2016  
Processo nº: 231/2001  
Requerente: ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil  
Local da Obra: Lídio de Água - Rua 25 de Abril, Edifício Além Mar, Loja C, Olhos de Água, freguesia de Albufeira e Olhos de Água  
Assunto: Ofício de entidade externa - Confirmação: medidas de autoproteção

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, tomado conhecimento.

Não estavam presentes os senhores vereadores )

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.*

Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

13

Requerimento (s) nº (s): 26504 de 08-07-2015; 36861 de 09-10-2015; 3035 de 27-01-2016; 36639 de 16-09-2016 e 50391 de 20-12-2016

Processo nº: Lotº446/1974

Requerente: Quinta da Correeira, Urbanizações, Lda

Local da Obra: Quinta da Correeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água

Assunto: Licença - Alteração de loteamento - Alvará 3/2000

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado deferir a alteração de loteamento.

Não estavam presentes os senhores vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

14

Requerimento (s) n° (s): 49150 de 13-12-2016  
Processo n°: 150IP/2016  
Requerente: CTT - Correios de Portugal, S.A.  
Local da Obra: Vale Paraíso, freguesia de Albufeira e Olhos de Água  
Assunto: Pedido de informação prévia relativo à alteração de um edifício destinado a serviços

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado considerar viável o pedido, nos termos do parecer técnico de 02/02/2017.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## Reunião de Câmara de 07 de fevereiro de 2017

### DELIBERAÇÃO

15

Requerimento (s) nº (s): 26300 de 29-06-2016 e 985 de 10-01-2017  
Processo nº: Lotº 700/1981  
Requerente: Albano Daniel Lopes Patricio  
Local da Obra: Areias S. João, freguesia de Albufeira e Olhos de Água  
Assunto: Licença - Alteração de loteamento urbano - Alvará 15/1985

Foi, por unanimidade \_\_\_\_\_, deliberado, tendo em conta o parecer técnico datado de 12/08/2016 e por a Câmara ter intenção de vir a deferir a alteração do loteamento, determinar a abertura do procedimento de discussão pública por um período de quinze dias a efetuar nos termos do artº 22º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e a notificação para pronúncia no prazo de dez dias dos proprietários dos lotes constantes do alvará quanto à alteração em causa.

Mais deliberou a Câmara que a notificação a todos os proprietários dos lotes do loteamento para pronúncia, tendo em conta o número de lotes em causa seja promovida por edital ao abrigo do previsto na alínea d) do nº 1 do artº 112º do Código do Procedimento Administrativo.

Não estavam presentes os senhores vereadores

---

---

---

---

---

---

---

---